BRASIL AGORA

ANO I Nº 16 | 01 A 14 DE JUNHO DE 1992 | Cr$ 1.500,00

ESPECIAL

PODRE PODER

O que a CPI pode encontrar por trás da dupla Collor-PC Farias

No reino, algo de podre

Pressionado pela opinião pública, o Congresso Nacional foi forçado a constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias contra o senhor Paulo César Farias, vulgo PC, acusado de tráfico de influência, corrupção, suborno, evasão fiscal e outros crimes (ver uma síntese das denúncias na **página 8**).

Instalada a CPI, o desafio da oposição é garantir que as investigações não recuem diante do que é óbvio para toda a nação: as íntimas e perigosas ligações do acusado com o presidente da República. Ligações exemplarmente sintetizadas pelo próprio irmão de Collor, para quem o PC seria "testa-de-ferro" do presidente (leia mais sobre as denúncias e a constituição da CPI nas **páginas 3, 4 e 5**).

Nesse sentido, a composição da CPI inspira cuidados: não apenas pela pequena representação dos setores progressistas, mas principalmente pela vontade conciliadora das elites. Basta dizer que o deputado Benito Gama (PFL-BA), presidente da CPI, é vinculado ao governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, por muito pouca gente considerado como um exemplo de moralidade e honestidade, seja na vida pública, seja na vida privada.

Mesmo a grande imprensa, inicialmente responsável pela amplitude das denúncias, fixou a mira sobre PC Farias, num esforço para preservar Collor, *capo* de uma política econômica que tem protegido as elites e penalizado a maioria da população.

Para romper este cerco sanitário, que visa proteger Collor das denúncias, só há um caminho: a mobilização popular - é o que dizem Lula e outras personalidades de oposição (ver **páginas 6 e 7**).

É por isto que **Brasil Agora** decidiu antecipar o lançamento de sua edição número 16. Afinal, a principal instituição brasileira - o povo - tem o direito de ser informado, doa a quem doer.

O EDITOR

A ILUSTRAÇÃO DA CAPA É DE KIPPER

OPINIÃO

Barrar a conciliação

A CPI sobre Paulo César Farias, o famoso PC, proposta pelo PT, funcionou como catalizadora da oposição ao governo Collor. Ela só foi instalada porque, fora do Congresso Nacional, a pressão popular se impôs. PMDB e PSDB não puderam conter suas bancadas, já que a indignação e a oposição a Collor explodiram com as denúncias de seu irmão Pedro. Mesmo o PDT, que ficou contra até o final, e articulou a chamada comissão de acompanhamento, não conseguiu impedir que seu líder apoiasse a CPI. Brizola apoiou o presidente, a bancada não.

Nosso objetivo sempre foi, a partir das denúncias sobre o imposto de renda de PC e do "dossiê" Pedro Collor, com base na pressão popular, levar o Congresso a instalar a CPI, que abre espaços e cria condições para que o poder legislativo investigue e denuncie não apenas o tesoureiro do presidente Collor, mas a associação de interesses econômicos e políticos que se formou a partir da eleição de Collor, para traficar influências, corromper e desviar centenas de milhões de dólares dos cofres públicos e exercer o poder na administração pública federal.

É ilusão imaginar que a Receita Federal ou a Polícia Federal vão investigar e denunciar esta máfia que se criou no governo Collor, já que toda investigação independente chegará ao presidente da República. Daí a resistência obstinada do bloco governista e dos partidos de direita contra a CPI, e mesmo de grande parte da mídia, que se opôs à CPI e apoiou a "brilhante" proposta governista do PDT, de uma comissão de acompanhamento, sem os poderes políticos e judiciais da CPI.

Renúncia ou impedimento. O PT não vacilou e colocou claramente ao país: o presidente da República, frente às denúncias, deveria renunciar; não o fazendo, vamos pedir seu *impeachment*, e a CPI é o caminho. Comprovada a ligação, conexão ou cumplicidade de Collor com as atividades de PC e de seus associados, pediremos a instalação de processo por crime de responsabilidade contra o presidente.

Mas a questão é outra. Qualquer processo de *impeachment* só terá sucesso, aliás só se instalará, com a pressão popular, que tem que surgir a partir das ruas, de manifestações e da formação de um arco de forças políticas e sociais que exijam o impedimento do presidente e a convocação de eleições em 90 dias para seu cargo. Esta mobilização popular tem como base a insatisfação e oposição da maioria da sociedade ao governo Collor, cuja decomposição moral do governo só agrava, do ponto de vista ético, o crime praticado pela política econômica do governo Collor, que representa fome e miséria para a maioria da classe trabalhadora brasileira.

Mobilização popular. No entanto, toda a experiência política brasileira nos ensina que as crises, quando são tratadas apenas em nível institucional, acabam na conciliação das elites, quando não em retrocessos políticos. A composição da CPI e as tentativas de esvaziá-la são apenas o começo. As elites querem abafar a crise, aproveitando-se para tirar novas concessões políticas e financeiras de Collor. Por tudo isto, só a mobilização popular e a politização da crise, ligando a corrupção do governo a sua política neoliberal, nos levará a uma saída que signifique não só a punição e o fim da corrupção institucionalizada e legalizada no Estado, como a uma alternativa democrática e popular, que só se concretizará se aliarmos a pressão das ruas, a voz da maioria explorada, com um arco de alianças políticas capaz de impedir que a CPI seja assaltada pelos governistas e fisiologistas, e desmoralizada. A palavra está portanto com a militância, que deve passar à ação. Às ruas, companheiros e companheiras.

JOSÉ DIRCEU

Deputado Federal (SP), representante do PT na CPI sobre PC Farias.

OPINIÃO

O tamanho da crise

A nação está diante de um dilema: "Ou o Brasil ou Collor". Optamos pelo Brasil, pela retomada do crescimento, pelo fim do desemprego, pela defesa dos salários, pelo fim da entrega das estatais ao capital estrangeiro, pela moralidade nos negócios do Estado; ou escolhemos Collor, que significa traição nacional, agressão ao povo, mar de lama.

Não foram as denúncias de Pedro Collor que criaram os problemas nacionais. Elas apenas tornaram mais transparentes aquilo que todo país já sabia e que repudia.

Diante dessa situação a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada para apurar as denúncias do irmão do presidente, deve levar as investigações às últimas conseqüências, transformando-se num instrumento efetivo de defesa da ordem constitucional. Não deve ser um palco de manobras para adiar e ajeitar as coisas à revelia dos reclamos nacionais. Não deve aguardar a ocorrência de um "tailandaço" para estudar a fundo essas denúncias.

Direito do Povo. Para que a saída desse impasse seja democrática, estamos convencidos de que é preciso uma ampla mobilização de massas, das organizações populares, dos sindicatos, de todos os setores comprometidos com os interesses maiores do país. Alguns políticos comprometidos com o *status quo* consideram que a mobilização do povo poderia agravar a situação, poderia "atear fogo ao circo", e que a solução deveria ser "institucional". A esses políticos damos a mesma resposta que Luís Ignácio Lula da Silva deu ao jornalista Carlos Henrique, da TVS de Brasília: "Não conheço instituição mais legítima do que o povo".

Ao contrário do que divulgam aqueles que tentam minimizar a gravidade das denúncias de Pedro Collor, o centro deste episódio é o presidente da República. Não foi para a campanha presidencial de PC Farias que a burguesia empilhou dezenas de milhões de dólares, cuja disputa ocasionou as denúncias, PC Farias, o testa-de-ferro, deve ser punido exemplarmente pelos crimes que cometeu. Mas Fernando Collor deve se afastar o mais urgentemente possível do Palácio do Planalto, sob pena de aprofundar e levar a crise a níveis insuportáveis e de conseqüências imprevisíveis.

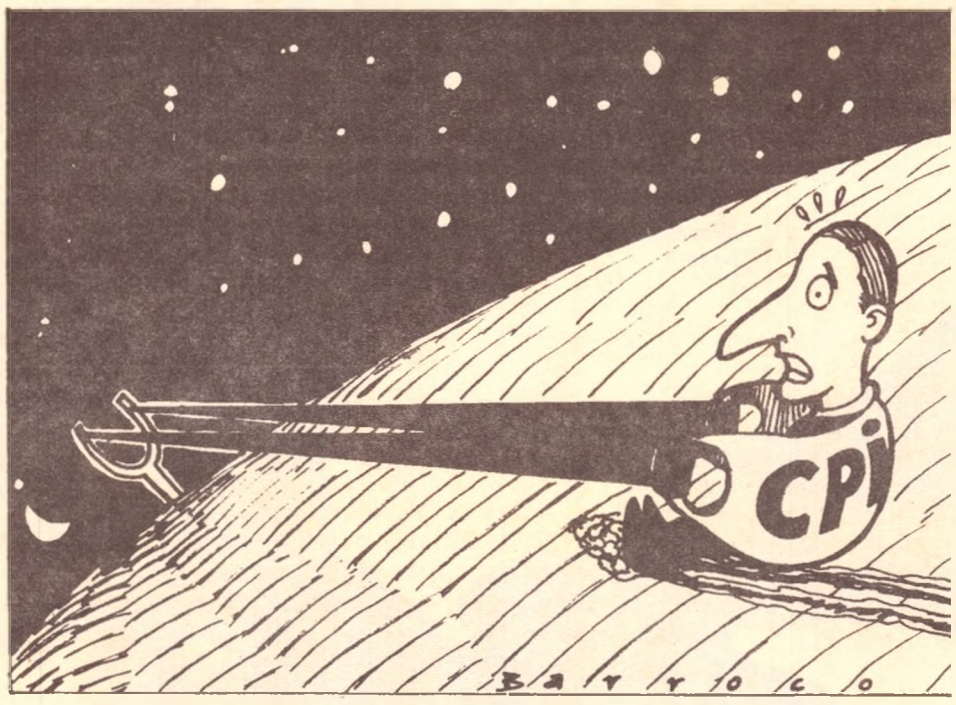
Simbiose perversa. As ameaças de congelamento das negociações da dívida externa determinaram uma articulação da área econômica do governo, na tentativa de evitar o clima de pânico. Só que isto está longe de significar o esvaziamento das denúncias de Pedro Collor. Trata-se apenas de uma pausa que deverá ser sucedida por novos e conturbadores acontecimentos ou revelações, envolvendo a simbiose perversa entre o grande capital corruptor e os políticos corrompidos das classes conservadoras.

Um presidente sob suspeita de tamanhos crimes não pode continuar governando o país. Menos ainda diante de evidências de que está havendo um conluio de órgãos da administração federal, supostamente encarregados de investigar as denúncias, com o próprio PC Farias. O jornal **O Estado de São Paulo** do dia 27 de maio e o **Correio Braziliense** do dia 28 notificaram que o advogado de PC, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, foi recebido em audiência "confidencial", isto é, por baixo do pano, pelo ministro da Justiça, Célio Borja, e por autoridades da Receita Federal.

O povo brasileiro, enojado, não está mais disposto a tolerar tanto descalabro. Quer acabar com o mar de lama. A saída é "Fora Collor"!

ALDO REBELO

Deputado Federal (SP), líder do PCdoB na Câmara.



Diretor: João Machado. **Editor**: Rui Falcão. **Editor de Arte**: Joca Pereira. **Diagramação:** Celso Madeira. **Redação**: Flávio Aguiar, Juarez Guimarães, Mouzar Benedito, Raimundo Pereira, Valter Pomar. **Secretária**: Adélia Chagas. **Sucursal Rio Grande do Sul:** Luciane Fagundes, José Luiz Lima e Marco Antônio Schuster. **Copidesque e revisão**: Celso Cruz. **Digitação**: Elizabete D. da Silva. **Editoração eletrônica**: Caco Bisol e Silvana Panzoldo. **Colaboradores**: Alan Rodrigues, Alípio Freire, Aloísio Morais, André Singer, Antonio Carlos Fon, Antonio Carlos de Queiroz, Antonio Martins, Bernardo Kucinsci, Breno Altman, Carlos E. Carvalho, Celso Horta, Célus, Cíntia Campos, Cláudio Schuster, Denise Neumann, Emir Sader, Eugênio Bucci, Fernanda Estima, Fernando Paiva, Flamarion Maués, Flávia de Sampaio Leite, Flávio Loureiro, DaCosta, Genaro Urso, Ivan Seixas, Isaac Akcelrud, Jô Amado, João Antonio, José Américo Dias, José Rocha, Justino Pereira, Kipper, Linete Martins, Manoel Alvarez, Márcia Braga, Márcia Moreira, Márcio Bueno, Márcio Venciguerra, Marcos Soares, Maria Lúcia Brandão, Mario Augusto Jakobskind, Maringoni, Marisa Meliani, Mariza Dias Costa, Miadaira, Nelson Rios, Nilmário Miranda, Ohi, Pato, Patrícia Cornils, Paulo Barbosa, Paulo Roberto Ferreira, Paulo Zilbermann, Pedro Ortiz, Perseu Abramo, Rogério Sottili, Sérgio Canova, Sérgio Sister, Walter Ono, Wladimir Pomar. *A opinião dos articulistas não reflete necessariamente a linha editorial do jornal.*

BRASIL AGORA

Brasil Agora é uma publicação quinzenal da Editora Brasil Agora Ltda. - Alameda Glete, 1049 - CEP 01215 - São Paulo(SP). Fones: 220-7198/222-6318. Fax: (011)222.2865. **Gerente Geral**: Hugo Scotte. **Administração**: Mª Alice de P. Santos. **Assistente:** Ivanilda Alves. **Circulação**: José Luis Nadai Maria Odette G. de Carvalho. **Assinaturas**: Ana Maria Alves, Paulo M. Soldano, Jô Silva (Digitação) - Fones: 223.2974 e 220.7718. **Expedição:** Paulo E. Soldano, Tonhão. **Serviços Gerais**: João A. Guevara, Elislandia M. Ferreira, Fernando S. Siqueira, Lucilene B. Silva. **Impressão**: Diário de Mogi. **Distribuição:** Dinap S/A.

Tiragem desta edição: 35.000 exemplares foram impressos no dia 31 de Maio de 1992.

Jornalista responsável: Rui Falcão

QUEIMAR PC E SALVAR COLLOR?

Se a CPI queimar o tesoureiro para salvar o presidente, a resposta pode ser "farofa no ventilador".

O escândalo que ameaça, como um ácido, dissolver o governo Collor já estava anunciado há três meses, na mesma revista que no último 24 de maio publicou as denúncias de Pedro Collor. Na **Veja** do dia 19 de fevereiro, o irmão do presidente anunciava um dossiê contra o tesoureiro da campanha de Collor, Paulo César Farias, a quem chamava de "lepra ambulante". O documento seria tão explosivo que poderia tirar Collor da presidência em 72 horas, dizia Pedro Collor.

No final de março, no entanto, o governo de Fernando Collor pareceu realizar com êxito uma manobra extraordinária: com uma reforma ministerial de certa profundidade, ganhou o apoio dos grandes grupos de direita e mesmo de centro e até viu seu prestígio junto à chamada "opinião pública" voltar a embicar para cima, depois de dois anos de crescimento da oposição e da descrença.(Collor foi eleito com menos da metade dos votos. A um mês da posse, fazia um governo considerado "ótimo ou bom" por 70% da população. Esse indicador foi caindo sempre até 10%, antes da reforma ministerial de fim de março. Com a reforma, em meados de abril, a porcentagem de "ótimo e bom" subiu para 12%.)

Os tentáculos. A denúncia de Pedro Collor, a mais grave de todas as inúmeras que já foram feitas contra o governo em seus dois anos e três meses, foi emergindo relutantemente, como que empurrada por forças profundas, na contra-corrente do que se propunha a política oficial brasileira. Depois do ataque contra "a lepra ambulante", de fevereiro, no dia 10 de maio **Veja** publicou o dossiê dos "tentáculos de PC": nomes, números e endereços, passados por Pedro Collor, de sete empresas que PC Farias teria no exterior e que teriam sido montadas com dinheiro da campanha do presidente. Collor não recebia nenhuma acusação direta. E o esforço de investigar as denúncias se resumia aos trabalhos de uns poucos parlamentares - na Câmara, particularmente José Dirceu (PT-SP), que desde fevereiro pedira à Procuradoria da República abertura de inquérito para verificar o enriquecimento do tesoureiro do presidente; e, no Senado, Eduardo Suplicy (PT-SP), que pedira ao Ministério da Economia auditoria sobre a evolução patrimonial e de rendas do famoso amigo de Fernando Collor.

Veja recebeu o dossiê construído por Pedro Collor com toda a sujeira que vinte dias depois publicaria por inteiro. O dossiê já continha as acusações pessoais contra Collor: a afirmação de que o presidente fora um "contumaz" usuário de cocaína e de que viciara o irmão.E continha, também - o mais grave - as declarações de que PC era, na realidade, algo como uma peça menor, embora nefasta, do sistema: o "lepra" seria, de fato, o "testa-de-ferro" do presidente; extorquia dinheiro para Collor durante a campanha presidencial, quando amealhou perto de 100 milhões de dólares vitais para a tarefa de derrotar Lula; e, mais ainda, continuava a extorquir dinheiro, para o mesmo Fernando, agora interessado numa "caixinha" para financiar seus projetos políticos.

Na edição dos "tentáculos", no dia 10, no entanto, a revista se comportou como todo o conjunto de forças conservadoras do país: considerava a história ao mesmo tempo absurda e ridícula, uma briga de família, ou uma disputa menor entre empresários de província em torno de dois jornaizinhos de pequena circulação - que, por algum mistério, ameaçava ocupar o centro dos interesses da República.

Mas, as forças que empurraram o escândalo continuaram revolvendo as entranhas políticas do país. Ódios antigos entre os irmãos Collor, esforços investigativos de parlamentares e cidadãos comuns, conflitos entre as oligarquias alagoanas dos Collor e dos Lira (Maria Tereza, mulher de Pedro, é filha de João Lira, oligarca rival da família do presidente) estavam em ação. E,exercendo pressão sobre o tenso organismo social brasileiro, quase no limite de uma das maiores crises de sua história, fizeram o escândalo explodir.

O deputado José Dirceu obteve as declarações de renda de PC Farias nos últimos quatro anos, revelando seu espantoso e inexplicável enriquecimento. O deputado passou documentos à **Veja.** Ao mesmo tempo, aumentavam as pressões dentro da família Collor para que a matriarca Leda enquadrasse o filho mais novo, tomando, de alguma forma, partido ao lado do presidente.

Fofoca. No domingo, 17 de maio, **Veja** põe na capa as declarações de renda de PC Farias e, a partir de entrevistas com Pedro Collor; na mesma matéria publica um texto sobre as relações dos dois irmãos, explorando uma fofoca corrente nos meios políticos, de um caso amoroso que teria havido entre Collor e Maria Tereza. Pedro diz que não pode "levar a sério" um homem que agiu como Fernando em relação a sua mulher e fica evidente que seu ataque passa por PC Farias, mas visa o presidente.

A nova matéria de **Veja** anima, no Congresso, a idéia de uma CPI para investigar o escândalo que cresce, e faz explodir o conflito entre os irmãos. Dona Leda destitui o filho mais novo do comando das empresas da família. Publica um documento, curiosamente divulgado pela assessoria de imprensa do presidente, em que qualifica Pedro de desequilibrado emocionalmente.

Pedro, caçado por todos os jornalistas, dá declarações emocionadas e cada vez mais agressivas. Um repórter da rádio Eldorado o surpreende num almoço no restaurante Ca D'oro em São Paulo e o põe no ar contando a história da cocaína que ele e o irmão consumiam...

Na quarta-feira de madrugada, Pedro dá o passo decisivo: ajuda a preparar a capa de **Veja** que sai no domingo 24, atualizando seu dossiê e dando uma nova e exclusiva entrevista. É essa entrevista que repercute até hoje. E que tem potencial para alterar a condução do projeto de modernização conservadora que está sendo implantado no país. Porque o personagem central do escândalo, é, sem dúvida, Fernando Collor de Mello. "O PC é o testa de ferro do Fernando", diz Pedro, na manchete escrachada da revista.

Acobertamento. Uma pesquisa da **Folha de S. Paulo** feita na capital paulista logo depois da publicação do ataque de Pedro a Fernando Collor mostrou que a maioria está convencida de que as acusações são verdadeiras. Inúmeros editorialistas, políticos e politicólogos brasileiros disseram nos dias seguintes, em síntese, a mesma coisa: Collor, como todos os "grandes" políticos brasileiros faz política com uma "caixinha" de dinheiro que lhe é passado basicamente pelos grandes capitalistas e latifundiários. E esse dinheiro - como os "grandes" partidos políticos do país são, sem exceção, aglomerados em torno de "grandes" personalidades - é controlado por um "homem de confiança" do "grande" político, clandestinamente.

Diz um procurador da Justiça Eleitoral, Geraldo Brindeiro, resumindo uma parte da problemática: praticamente todas as contas de campanha aprovadas na Justiça Eleitoral são falsas; toda a legislação eleitoral é "ridícula", "não limita os gastos e nem define o que é abuso". Diz o senador Fernando Henrique Cardoso: o sistema eleitoral é "a matriz da corrupção no Brasil"; "as campanhas são enormes e requerem milhões de dólares"; "a lei é hipócrita quando proíbe empresas de financiarem seus candidatos e dá pretexto para a formação de caixinhas"; "é melhor o contribuinte pagar sabendo o que está pagando"; "hoje, ele paga as campanhas do mesmo modo, só que através do sobrepreço das obras públicas".

COLLOR É A CRISE

A crise tem um nome: Fernando Collor. Ela se agrava, é claro, na medida em que a sociedade civil e a sua representação, que é o Parlamento, vêm se omitindo. Uma omissão, na verdade, que não é apenas do Congresso, mas do Poder Judiciário. Na campanha eleitoral de1989, Fernando Collor praticou crimes eleitorais que, na verdade, deslegitimariam a sua própria eleição, deslegitimariam os tão famosos 35 milhões de votos. Entretanto, a Justiça Eleitoral prefere fazer ouvidos moucos e cruzar os braços. A imediata violação da própria Constituição logo após a posse de Fernando Collor constitui um evidente crime de responsabilidade. O congresso e o Judiciário, porém, absorveram imóveis, omissos, tudo isso. Depois veio aquela série de casos de corrupção nos ministérios - da saúde, da economia, do trabalho, da ação social etc., envolvendo até a LBA, ou seja, a esposa do Fernando Collor. Porém, uma vez mais, tudo isso parece ter desaparecido com a renovação do ministério.

Agora vem mais essa notícia do envolvimento de Fernando Collor nos desmandos cometidos pelo tesoureiro de sua campanha eleitoral. Não se trata, é claro , de uma crise de família. A crise é ele. A crise se chama Fernando Collor. Acho que a sociedade civil e o Congresso deveriam assumir que, numa democracia, as instituições estão acima do papel de um presidente, por mais imperial que seja sua postura. O que faz a democracia não é uma política de omissões: a democracia só existe se as instituições funcionarem. A omissão das instituições só contribui para que fiquemos de boca aberta, assistindo ao desmantelamento material e moral do país. A CPI poderia ser um instrumento para que essas instituições funcionem, mas o que temo é a maneira pela qual esta CPI já foi constituída, a própria composição dessa CPI. Vai haver, obviamente, uma obstrução sistemática no funcionamento da CPI, tanto interna - por parte de seus membros de direita - quando externa - com a procrastinação deliberada de documentos, atraso em diligências etc. O próprio foco da CPI, o objetivo da CPI, já começa a derivar, passando a centrar fogo sobre uma única pessoa quando o que está em pauta são os fatos que mostram, ou não, improbidade administrativa. Cabe à CPI, na verdade, mostrar o panorama que qualifica essa improbidade administrativa, e não fazer o papel de delegacia de polícia.

HÉLIO BICUDO
Deputado Federal (PT-SP)

ANDRÉ DUSEK

Quem se assustou com o barulho de Pedro Collor, aguarde meu estouro, ameaça Augusto, o irmão de Paulo César Farias

MAURILIO CLARETO

No Congresso, diz o líder do PT, Eduardo Jorge, todas as correntes dizem que as denúncias da caixinha de PC são verdadeiras. Mas há uma diferença, ele completa: a esquerda diz isso abertamente; o centro, com discrição; a direita, em off.

Dito de outra forma, a esquerda, que sempre pensou em política como uma mobilização popular consciente - e não por força do dinheiro- está disposta a encarar abertamente a questão da podridão do nosso sistema eleitoral, que Pedro Collor e as circunstâncias expuseram de modo dramático para toda a opinião pública brasileira. O centro só dará esse passo com muita discrição,e pressionado. E a direita só tratará dessa questão do modo cínico como sempre fez: em voz baixa diz que é uma sujeira, mas sobrevive graças a esse expediente - e, por isso, o defende.

Em linhas gerais, foi exatamente assim que se comportaram os partidos em relação à discussão política motivada pelas denúncias do irmão do presidente.

No domingo e até o fim da segunda-feira 25, a direita tentou ainda ignorar o próprio assunto. "Que crise? É uma crise na boca dos malucos! Meia dúzia de primatas, que querem perturbar", disse tentando manter-se imperturbável, o ministro Fiuza, eleito com dinheiro da Federação dos Bancos (na parte confessada, 100 mil dólares). A Rede Globo, por sua vez, eliminou o assunto do seu maior programa noticioso de domingo, o Fantástico. E Marco Maciel, Luis Eduardo Magalhães, Humberto Souto, líderes do governo e do bloco governista tentaram, a todo custo impedir a instalação da CPI.

O PSDB, o PDT e o PMDB, que na semana anterior tinham sido contra a CPI, na segunda ao meio-dia já estavam a favor. Com grandes ressalvas. Nelson Jobim, considerado um luminar jurídico do PMDB gaúcho sustentou que o Congresso não poderia fazer uma CPI que investigasse "as denúncias de Pedro Collor". Porque isso implicaria, evidentemente, em investigar a sociedade PC&Fernando Collor - em investigar o presidente, portanto. O Congresso tem de reservar-se para, eventualmente, julgar o presidente, essa sua atribuição constitucional. Se investigar, não pode depois julgar, dizia Jobim, que se exaltou, ameaçando recorrer ao Supremo Tribunal Federal, se suas luzes não fossem seguidas.

A direita aplaudiu entusiasticamente essa lógica extemporânea e o PMDB e PSDB, que aceitam discutir a questão da reforma eleitoral numa perspectiva conservadora, de gabinete, circunscrita aos tapetes do Congresso e não ao som de um barulho vindo das ruas, concordaram em formalizar a CPI assim: "para apurar fatos contidos nas denúncias do senhor Pedro Collor de Mello, referentes a atividades do senhor Paulo César Farias, capazes de configurar ilicitude penal".

A maioria decidiu ainda fazer uma CPI com poucos membros. Não era preciso: não há limite constitucional. Mas, com 22 deputados e senadores, escolhidos em função do tamanho das bancadas, caíam fora o PSB e o PC do B que, junto com o PT, eram os mais aguerridos defensores da CPI. (Em função de desentendimentos no PT - o deputado Hélio Bicudo não aceitou participar como suplente - o partido cedeu lugar para o PSB, que, assim, também estará representado na CPI.)

Para a presidência da CPI que vai investigar o grande escândalo da República, foi escolhido, quem diria, um governista, Benito Gama, do PFL. E um governista "dependente", é o que se poderia deduzir: Luiz Eduardo Magalhães, filho do governador da Bahia e líder do bloco governista na Câmara, vetou outro pefelista, Roberto Magalhães (ex-governador de Pernambuco, ex-quase-vice de Covas na campanha de 89) porque ele seria muito "independente".

COLLOR FORA. O esforço conservador visa tirar o presidente do centro da crise, que só é gravíssima exatamente porque Collor está no centro da crise. Significa, também, tentar desconectar do escândalo, e deixar de lado, aquilo que todos os editorialistas, políticos e politicólogos conservadores reconhecem que é o coração do tumor que corrompe o organismo político do país: a relação entre o caixinha (PC) e o "grande" político (Fernando Collor) que se elege com o dinheiro sujo e depois presta serviços e recompensa seus grandes contribuintes.

Uma verdadeira Santa Aliança conservadora se empenhou em garantir esse rumo para os trabalhos do Congresso. Os maiores empresários do país, depois de emitirem uma dúzia de notas de apoio ao presidente, foram tomar café da manhã com ele e Marcílio para emprestar-lhe solidariedade. A **Folha de S. Paulo**, na quinta-feira, 28, noticiou que uma centena de empresários "na maioria donos de grandes mineradoras, empreiteiras e fornecedores do governo" estavam negociando com os órgãos que apuram as denúncias de Pedro Collor. Diziam ter provas de extorsão contra PC. E, para entregá-las, pediam garantias de que não seriam submetidos a devassa fiscal. Pode-se imaginar que a situação, mais precisamente, seria essa: deram dinheiro para eleger Collor ou para sua caixinha política posterior; deram mais dinheiro do que gostariam de ter dado, por pressão de PC; e estão de olho num troco. Só faltava o governo garantir que pagaria esse troco, para que PC fosse o único Cristo nessa história.

E O ADVERSÁRIO? Falta perguntar, como na piada célebre do Garrincha, se o adversário concorda com um drible tão espetacular na opinião pública. Pedro Collor - e, agora, Maria Tereza, que, como o marido, pareceu encantada com a súbita popularidade - parece que concorda. Já na véspera da saída da revista **Veja**, no sábado 23, vacilava, tentando impedir a publicação do dossiê e da entrevista. Em entrevista na quarta-feira, disse que amava o irmão. E usando as palavras da moda, disse estar preocupado apenas com "as instituições". Continuava odiando de morte PC Farias porque PC era o monstro que precisava ser eliminado -- exatamente para salvar a pátria. Na quinta, em longo depoimento para a PF - cujo chefe, o ministro da Justiça Célio Borja, aliás, considerava suas acusações descabidas - Pedrinho voltou a excluir o presidente da história. E concentrou seu esforço de queimar PC na denúncia de "seus tentáculos" no exterior. Um investigador rigoroso poderia suspeitar que essa é a parte dos negócios em que PC é menos testa-de-ferro, mais independente. Pedrinho diz que os negócios eram 70% Fernando, 30% PC; vai ver que, nesses do exterior, PC teria feito meio-a-meio, daí a cobrança do irmão mais novo e, agora, querido.

Mas, e PC? Na quarta-feira, a PF começou a procurá-lo por todo o país, para avisá-lo de que estava sob suspeita e não poderia deixar o Brasil. Ao mesmo tempo, seu irmão deputado, Augusto de Farias, ameaçava, dizendo, numa referência ao tamanho do escândalo decorrente das revelações de Pedro Collor: "Se tentarem pegar meu irmão, aí sim, vão ver o que é abalar o Brasil".

Por mais limitada que seja a CPI, por maiores que sejam as preocupações dos conservadores com seu controle, desde logo ela terá de deparar-se com depoimentos críticos para o presidente Collor. Renan Calheiros, que certamente será chamado a depor, e que foi na campanha e por certo tempo no Congresso o grande político do presidente, considerou-se, em entrevista para o jornal **O Globo**, vingado da derrota que Collor lhe impôs para o governo de Alagoas (Renan, aliás, foi apoiado por Pedro Collor naquele pleito). Além de detalhar os esquemas de PC, Renan disse explicitamente que em agosto de 1990 aconselhou Collor a mandar PC para fora do Brasil e denunciou o despejo de 50 milhões de dólares na campanha do seu adversário.

Qualquer criança de cinco anos que não seja exageradamente bronca saberá deduzir dessas afirmações que: ou Renan era maluco para falar com Collor sobre o que fazer com um cidadão independente; ou, o que é mais provável, Renan foi a Collor porque é óbvio que sabia que PC é um fantoche do presidente. Junte-se a isso o escândalo da LBA presidida por Rosane Collor em Alagoas, na época dessas mesmas eleições. Os procuradores da República no Estado estão pedindo que Rosane seja levada a depor nos vários inquéritos, cujos desvios somados passam de 1 bilhão de cruzeiros. Nesses inquéritos, os beneficiários das falcatruas apontadas são uma irmã, um irmão e uma tia da primeira-dama.

Luiz Octavio da Motta Veiga, que se demitiu estrepitosamente da presidência da Petrobrás no governo Collor, acusando PC Farias de tentar favorecer o novo dono da Vasp, Wagner Canhedo, também falou aos jornais de um modo que complica o presidente. Motta Veiga reafirmou que PC Farias o procurou dizendo falar em nome de Collor. Disse que o chefe da Casa Civil de Collor, Marcos Coimbra, também cunhado do presidente, ligou para ele, "em nome do Palácio do Planalto", para forçar o negócio. Pedro Collor, para **Veja**, disse claramente que o telefonema de Marcos Coimbra foi dado em nome do presidente. De novo: ou o pessoal da CPI é muito estúpido e começa a especular para saber o que quer dizer "em nome do Palácio do Planalto", ou conclui que todos - Motta Veiga, Coimbra, Pedro Collor - estão falando a mesma coisa: foi Collor que tentou forçar o negócio, espúrio, diga-se, com a Vasp.

O JOVEM COLLOR. Um aspecto menor das denúncias de Pedro é o de que Collor era um usuário contumaz de cocaína. Os políticos conservadores, sempre tão pressurosos em condenar qualquer deslize pessoal dos mais progressistas, comportaram-se em relação a isso com grande tolerância.

Não se pode, porém, em nome da tolerância, achar que a informação é irrelevante. Na entrevista de Pedro à **Veja** há uma passagem obscura, meio desligada do contexto, em que a revista pergunta se ele já tinha ouvido falar de Allan Mishai Fauru. Pedro diz que sim. Confirma que Fernando foi padrinho de casamento de Fauru. Mas conclui, dizendo que Fauru, embora tivesse relação com "traficantes" (não se diz de que), "não tem qualquer relação com o Fernando".

Fauru foi indiciado pela PF em agosto de 1989 por formação de quadrilha para tráfico internacional de cocaína. Em 1987 Collor, então governador de Alagoas, foi seu padrinho de casamento e, mais que isso, seu incentivador comercial. Fauru disse que foi para Alagoas a convite de Collor. Tinha um piano-bar e uma loja de consumo de luxo em Maceió e Collor fez promoção de suas atividades. O falecido deputado e líder do PDT, Brandão Monteiro, que era alagoano, dizia que a cocaína tinha chegado a Alagoas no governo Collor.

As relações do jovem Collor, do final dos anos oitenta para cá, devem estar, de um modo ou de outro, ainda agarradas ao presidente.

O homem que a grande burguesia brasileira colocou na Presidência não é nenhum dos que ela havia originalmente imaginado. Não é um Ulysses Guimarães, um Maluf, um Aureliano, um Afif, um Covas, submetido a longa observação e testes. A elite brasileira em geral - salvo exceções expressivas, como a Globo, que esteve com Collor desde o início - começou a apostar em Collor a partir de abril de 1989, quando ele deu um pulo nas pesquisas. Essa burguesia despejou maciçamente dinheiro em Collor quando, no segundo turno, e vendo Lula aproximar-se perigosamente, os dólares foram o combustível para a campanha do Brasil Novo, num festival de gastos que chegou , segundo a revista **Isto É**, a impressionar até jornalistas estrangeiros, deslumbrados com a orgia de jatinhos, camisetas, bandas famosas de música pagas, que animaram a eleição do jovem Fernando.

A grande burguesia teve, digamos assim, de comprar Collor em bloco - ele e seus acompanhantes. O bando de aventureiros, os gananciosos, um ou outro idealista, todos pouco experientes, esse foi o bloco do que se imaginou o Brasil Novo, na verdade um projeto das velhas elites tocado pelo bloco Collor & Cia. É esse fato, se feito um rastreamento cuidadoso, que explica inclusive o enxame de escândalos que a imprensa da grande burguesia veio sistematicamente denunciando.

Aparentemente, imaginava-se limpar Collor. Sem Zélia e seu bolero, afastando Magri o imexível, desterrando Cláudio Humberto o grosso, dando um sumiço estratégico em Paulo Leoni o estrategista, trazendo Marcílio, o respeitável, Bornhausen, o articulador das elites, tudo estaria bem, porque terminaria bem.

Esqueceram-se, porém, de que nenhum homem é uma ilha; todo homem é também suas relações e circunstâncias. Nesse sentido é possível que o Collor mais puro que eles possam ter afinal seja um centauro. Com o corpo de Paulo César Farias e a cabeça de Fernando. Vamos ver, agora, se conseguem separá-los.

RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA

A imprensa deve noticiar esta semana informações mais detalhadas sobre o esquema PC. Vários empresários prometem denunciar casos de extorsão. Vejamos se Paulo César Farias cumpre aquilo que seu irmão Augusto prometeu: revelar fatos que farão tremer a República.

COMO APRIMORAR INSTITUIÇÕES APODRECIDAS?

A crise política do governo Collor se alimenta numa crise mais funda, econômica e social. Em São Paulo, o desemprego chegou a 15,5% em abril, o maior índice de medições especiais do Seade iniciadas em 85: 1.17 4.000 desempregados. A inflação, cuja queda sistemática o governo vinha anunciando há meses, voltou a dar sinais de alta: três índices apontam uma inflação de maio maior que a de abril, entre eles o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE, pelo qual a inflação pulou quase 3% acima do mês precedente, .para casa dos 23%. Para segurar a inflação, o governo só tem um truque: juros muitos altos, pagos pelo Estado. Segundo estimativas divulgadas na última semana, o custo desta política, neste ano, será de 21,1 bilhões de dólares - o que deixa o governo à míngua para qualquer outra iniciativa.

A solução para a crise do governo Collor, portanto, dificilmente fortalecerá Collor e seu esquema de forças. Uma possibilidade é que outra crise abra espaço para uma força como o PMDB, que se dispões ao malabarismo de nem ficar quieto nem se empenhar pela verdade. "Entre a omissão e a aventura", diz um de seus teóricos, o deputado Alberto Goldman, "entre o espirro e o detonar da bomba atômica", o PMDB apoiaria uma solução que aproveitasse o que há de positivo na trajetória recente do governo, que Goldman acha que é exatamente a reforma ministerial-com Bornhausen, Marcílio e cia.- e procurasse dar um passo a frente. No sentido, por exemplo, de uma reforma eleitoral, conservadora com certeza, com redução do número de partidos, com o enfraquecimento da esquerda, da qual Goldman está longe há tempos). Nessa solução, em outros termos, também falam figuras diversas, como o Estadão *e Fernando Henrique.*

A idéia de que a crise leve a um aprimoramento das instituições pelas quais vai sendo conduzida a penosa transição conservadora brasileira pode ser, porém, uma vã ilusão de fim de outono. A crise é exatamente das instituições reais do país, da política prática, para a qual a corrupção é como o ar - nossa política oficial respira corrupção, precisa dela para ter vida. Os empresários não apostaram no esquema de Collor para derrotar Lula ignorando que era um esquema corrompido; apostaram exatamente porque não havia perspectiva de vitória por caminhos luminosos, cristalinos.

As dificuldades das soluções conservadoras deixam aberta a possibilidade de uma intervenção popular mais decidida. A esquerda está tentado combinar uma intervenção ativa na CPI, a despeito de seus limites evidentes, com uma investigação paralela à CPI, para pressioná-la, e um a campanha de esclarecimento popular, por meio de reuniões e comícios, que pressionem de fora para dentro. Se souber combinar a denúncia desse flagrante em que os podres poderes da República foram pegos com a boca na botija, com uma apresentação das raízes de fundo da crise, a opinião popular poderá crescer e alterar o rumo dos acontecimentos. O povo parece querer esta mudança. Uma pesquisa feita em São Paulo no dia 25 último sugere que metade da população da cidade era, na ocasião, favorável ao afastamento de Collor da Presidência.

JUAREZ GUIMARÃES

DECLARAÇÃO AO POVO

"O remédio é aplicar a lei", diz a declaração emitida em 29 de maio, em Brasília, pelas seguintes entidades: OAB, CNBB, ABI, PNBE, Fenaj, SBPC, Comissão de Justiça e Paz, Contag, Conselho Federal da Economia, Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Inesc e Ibase. Segue-se a íntegra da "Declaração ao povo".

As entidades abaixo relacionadas, reunidas na sede da OAB para avaliar a conjuntura nacional, declaram:

Na condição de integrantes da sociedade civil brasileira, são também responsáveis pela construção da democracia como instrumento de separação dos graves problemas sociais.

Diante da gravidade dos fatos denunciados e que preocupam a todo o país, afirmam a sua convicção de que a aplicação da lei a todos igualmente é o remédio contra a impunidade que revolta a nação e contra o descrédito das instituições.

A apuração da verdade sem restrições se constitui em clamor de todo o povo brasileiro.

Ao constrário das visões alarmistas, as instituições democráticas se fortalecem quando, postas à prova, demonstram sua real eficácia, independente de dificuldades conjunturais.

É imperioso que toda a sociedade civil se mobilize neste momento, colocando-se em estado de vigília permanente para acompanhar as investigações, garantindo apoio aos que querem a verdade e denunciando os que pretendem falseá-la.

◆

Barbosa Lima Sobrinho (presidente da ABI). "Em primeiro lugar, o mais importante, a Constituição deve ser respeitada. Os fatos devem ser apurados em toda sua profundidade para se ver até aonde vai a responsabilidade do PC Farias e se envolvem ou não o presidente. Como nos Estados Unidos - lá foi feito assim, não é? E podia ser ouvido o Motta Veiga, pois afinal ele já denunciava coisas assim quando foi aquela crise da Petrobrás."

MARINGONI

Jair Bolsonaro(PDC-RJ). "Este governo já não tem mais como se desmoralizar. Bateu no fundo do poço. A solução é a renúncia de Collor de Mello. Se o Congresso propuser o *impeachment*, tudo bem. Mas eu não acredito que vá propor, porque o Congresso não está em posição ereta diante da Executivo. Aqui não haveria votos suficientes para afastar Collor de Mello."

◆

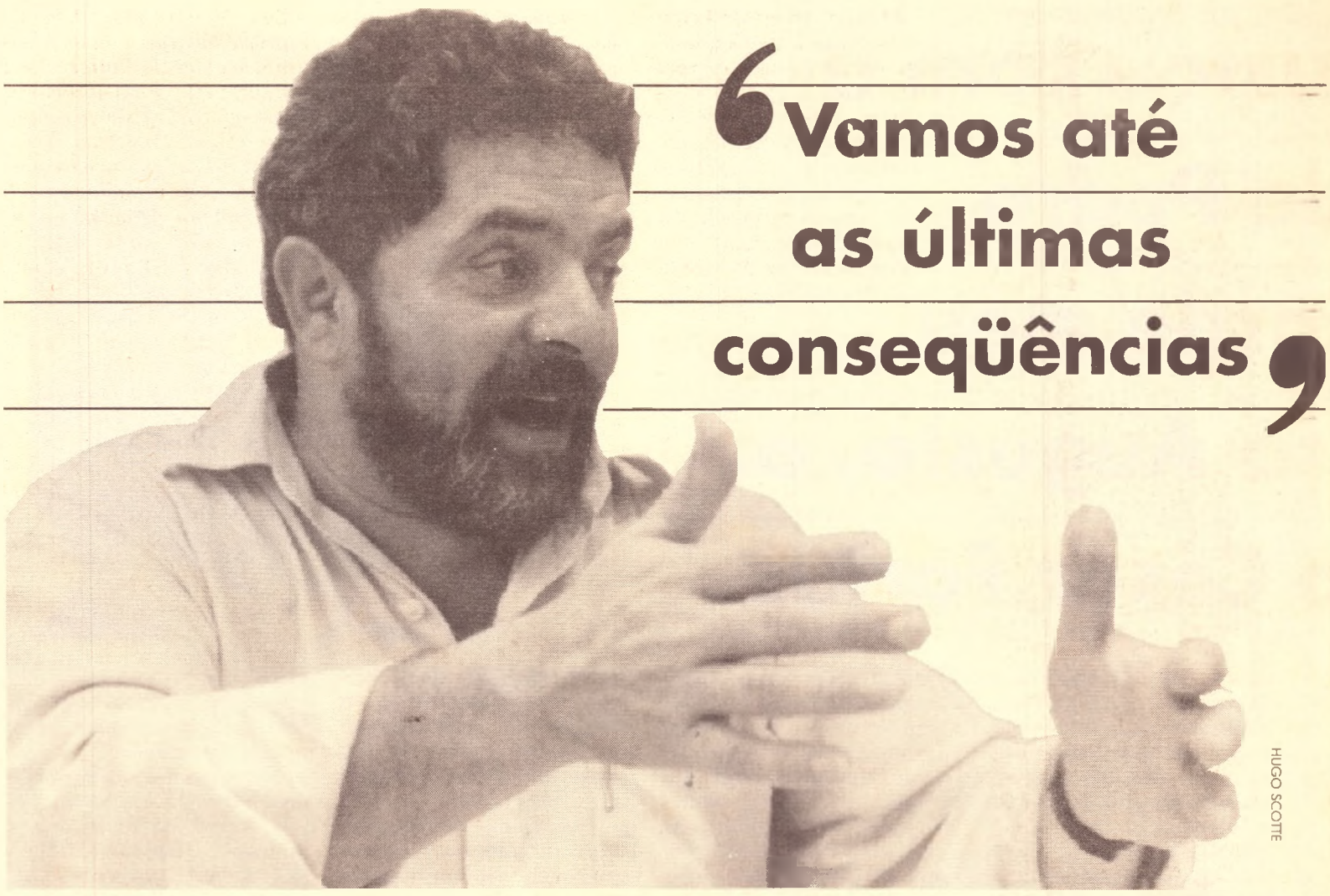
Roberto Freire(PPS-PE). "A crise hoje não é só econômica. Ela já é política e perigosamente. É uma crise de valores porque cai no campo da ética e da moral. Talvez o Brasil tenha vivido poucos momentos com tantas dificuldades. E isso se reflete na desesperança, em alguns momentos, até no cinismo coletivo. Apesar de tudo isso, não devemos perder a perspectiva de que nosso país é viável. Um dos poucos países industrializados do chamado Terceiro Mundo, com estrutura de relações sociais complexas, pode se recuperar e voltar a crescer. E nessa nova oportunidade, que isto se dê com uma outra hegemonia, de uma esquerda moderna, democrática e que possa fazer este crescimento. Uma democracia mais justa, mais livre, com distribuição de renda e riqueza."

◆

Eden Pedroso (RS), líder do PDT. "O Brasil vive hoje uma crise muito profunda, agora agravada com as denúncias de Pedro Collor. Creio que a democracia incipiente que floresce terá condições de superar este impasse, por meio da legalidade e na maturidade dos partidos políticos. Os quais devem buscar apurar todos esses fatos sem sensacionalismo, com responsabilidade e espírito público."

◆

Célio de Castro (MG), líder de PSB. "Não se trata meramente de uma crise familiar, nem de uma crise de corrupção, mas de uma crise política que avança aceleradamente para uma crise institucional. Na medida em que a própria figura do presidente da República, pelas declarações até agora disponíveis, encontra-se sob acusação de ilícitos penais muito claros, tais como corrupção, tráfico de influência, atos fraudulentos relacionados à Receita Federal, além de outros. Mais grave que a própria crise, no entanto, são as propostas e alternativas que estão sendo colocadas para fazer face a ela. Estas vão desde um acordo das elites que se propõem à implantação de um sistema parlamentarista já às clássicas soluções golpistas que sempre surgem em momentos de crise institucional."



"Vamos até as últimas conseqüências"

HUGO SCOTTE

ENTREVISTA

LULA

Sua opinião de que o Collor deve renunciar ou sofrer impeachment não tem nada de revanchismo?

Ela é muito clara e não tem nada de revanchismo. Eu não estou insinuando que o presidente da República deva renunciar antes de se provar que ele é ou não culpado. O que tenho dito é que o processo de investigação vai chegar a alguma conclusão. E se nós chegarmos à conclusão de que o presidente da República é culpado, não temos outra alternativa: ou ele renuncia ou temos que propor ao Congresso Nacional que promova seu *impeachment*. Portanto, é apenas o cumprimento de normas constitucionais. Afinal de contas, quem fez as denúncias não foi nenhum petista, foi seu próprio irmão. Por isso mesmo, as acusações ganham maior dimensão, maior importância diante da sociedade. É importante salientar que por menos do que o Collor está sendo acusado o Nixon renunciou à presidência dos Estados Unidos, um país mais importante e mais rico que o Brasil.

"A instituição mais importante do país é o povo. E ele tem de ir à rua, para não ficar de fora do processo"

O problema é que até dentro da esquerda têm surgido deputados que se dizem interessados em "manter as instituições", como se ao cair o presidente caísse também a democracia...

Eu acho que num país qualquer da América Latina nós temos que ter um cuidado especial com as instituições. Nós temos experiências históricas de golpes militares, golpes de direita. E como nós temos a intenção de governar este país, e assistimos no final do ano passado a direita tentando derrubar a Erundina em São Paulo, precisamos ter o máximo cuidado possível. Se não, a direita vai se utilizar amanhã desse tipo de argumento para tirar do poder um presidente ligado às forças populares.

Então, eu até compreendo a posição das pessoas que dizem que é preciso preservar as instituições. Agora, este cuidado não exige de nós que deixemos o povo de lado. Pra nós do PT, essa CPI só funcionará corretamente se houver o mínimo de pressão popular sobre o Congresso. Outro dia, quando um repórter me perguntou se eu não via risco às instituições ao colocar o povo na rua, eu disse a ele que a instituição mais importante do país é o povo - este não pode ficar fora do processo.

Você diria que a persistência da dúvida em torno da honestidade de Collor é um fator de instabilidade política?

O único fator de instabilidade hoje é não apurar de forma responsável as denúncias. A única hipótese de colocar as instituições em perigo é se o Congresso não apurar as denúncias. Não podemos em nome da estabilidade ter um presidente corrupto.

Em pelo menos dois aspectos as denúncias apontam para práticas do conjunto das classes dominantes. Primeiro, os maiores empresários do país formaram uma caixinha de 100 milhões de dólares para financiar a campanha do Collor e impedir que as forças populares chegassem à Presidência. Segundo, o próprio presidente teria se servido da política de privatizações - mais especificamente a venda da Vasp - para recomendar à Petrobrás que fizesse negócios escusos com os compradores da empresa. As elites não estariam tentando esconder que o problema não é da pessoa do presidente, mas da política que elas impõem ao país?

Eu já tive oportunidade de dizer à imprensa que as denúncias não envolvem apenas o Collor, mas o comportamento de uma parcela da elite dirigente. Ela está disseminando uma cultura da corrupção, tentando apresentá-la como uma coisa normal. Nós temos que quebrar isso. Nós do PT já denunciávamos na campanha eleitoral o abuso do poder econômico. Isso nos mostra que temos que mudar a legislação eleitoral. Um cidadão que faz uma vaquinha de 100 milhões de dólares com os usineiros vai ter que prestar contas a eles depois de ganhar. É por isso que o governo já pagou dívidas de 80 milhões de dólares dos usineiros, que o Collor está preocupado outra vez em refinanciar os débitos dos usineiros.

"O único fator de instabilidade é não apurar as denúncias contra Collor"

Que garantia você tem de que a CPI vai apurar alguma coisa, se corrupto não passa recibo?

Eu não tenho garantia de que vou conseguir mobilizar o povo, de que a lei vai ser cumprida, de que o Poder Judiciário vai agir. Eu só tenho certeza de que a CPI, como uma comissão muito heterogênea, vai ter um grupo de deputados e senadores coniventes com tudo, mas vai ter outra parte contrária. Estes poderão criar uma situação política que impeça compactuar com a bandidagem. Eu acho que a CPI é a forma mais democrática de investigar e colocar a nu as denúncias formuladas pelo irmão do presidente.

E se a CPI não der em nada?

EUGÊNIO NOVAES

"Se o presidente estiver envolvido, tem que deixar o cargo"

Veja, é bem possível que a CPI não dê em nada, como sempre ocorreu no Brasil. Mas nós temos que concordar que essa CPI está ocorrendo num momento político diferente. A sociedade brasileira está acompanhando com atenção, e para muita gente na sociedade o Collor já é culpado. Pesa sobre as costas do Congresso Nacional a responsabilidade. Se essa CPI não der em nada, se os deputados se acovardarem, a instituição Congresso Nacional ficará mais desacreditada que já está. Por isso, tenho ponderado a vários deputados de outros partidos que esse é possivelmente o momento da recuperação da credibilidade do Congresso.

Como vai ser a mobilização popular para pressionar a CPI?

O que eu sei é que não queremos permitir que a questão fique restrita às quatro paredes do Congresso. Nós do PT resolvemos fazer 6 comícios: em Belo Horizonte, Porto Alegre, Vitória, São Paulo, Rio e Brasília - para que a gente coloque o povo como co-participante do processo de investigação, e do processo de consolidar a democracia no Brasil.

Você chegou a dizer, dia 25, que a saída da crise era a saída do Collor. Agora você condiciona a saída do Collor à caracterização de crime pela CPI. Isso pode significar que você já está certo de que ele é culpado?

O que eu disse, e digo, é que se o Collor é a crise, a crise só vai ser resolvida com a saída do Collor. O que o presidente tem que provar é que ele não é a crise. Agora, se ficar provado que tudo que está dito é verdade, então não tem jeito - é tirar o presidente da República.

E fazer o quê? Um novo processo eleitoral?

Eu fico com medo de discutir o final sem discutir o início. Mas você tem a Constituição, o vice assume tranqüilamente. Se o vice não quiser assumir, o presidente da Câmara assume e convoca eleições em 90 dias. Está tudo previsto na Constituição. O que a gente não pode é ficar criando um trauma. O presidente pode sair, e não vai acontecer nada neste país.

Na época da campanha, o PT montou um dossiê sobre o Collor. Por que não divulgou?

Na época da campanha o candidato é o que menos sabe, é massa de manobra. Eu sinceramente acho que dossiê sobre o Collor existia não em poder do PT, mas de todos os partidos políticos. Nós temos que admitir que durante a campanha o Collor adquiriu uma certa imunidade às denúncias. Por que pegou agora? Porque o irmão denunciou. Se é o Lula que denuncia as mesmas coisas, o pessoal ia falar: "é revanchismo!".

"As denúncias não envolvem só o Collor, mas o comportamento de uma parte da elite"

O que acontece hoje coloca em questão os ataques pessoais que o Collor fez contra você na campanha. Dizem que você sabia que ele é consumidor de cocaína, e não permitiu que se usasse esse fato na campanha. Até onde se pode ir nisso nas eleições?

Acho que é um problema de consciência. Se você imaginar a quantidade de fofocas que recebe no palanque, a quantidade de pedidos que ouve para que diga que o outro candidato é isso ou aquilo... Quando você faz uma denúncia, tem de ter um mínimo de provas para não se desmoralizar. Além de não ter as provas, eu tinha um problema de consciência. Achava que depois de 30 anos sem eleições para presidente, o povo brasileiro merecia uma campanha em nível elevado. Eu acho que dei minha contribuição para isso. Se amanhã eu for candidato, pode estar certo que vou manter o mesmo comportamento ético.

"Quem se serve de uma vaquinha de 100 milhões de dólares, vai ter de prestar contas aos empresários, depois de eleito"

Eu acho que a direita vai sustentar o comportamento de 89...

Pois então, que mantenha. Eu, se tiver que agir como eles, prefiro não ser candidato.

O pessoal vai explorar de novo sua vida pessoal. Você vai deixar por isso mesmo?

Sem problemas.

Quanto às acusações de Pedro Mello, até onde você está disposto a ir, Lula?

Acho que meu partido está disposto a ir até às últimas consequências. Lógico que no âmbito institucional nós temos só um membro na CPI. A esquerda na sua maioria não tem representantes, o PCdoB não tem, o PPS não tem. Do ponto de vista quantitativo a gente não tem grande força. O que temos é muita moral para exigir seriedade da CPI.

Lula, o que você estava fazendo ao lado do Quércia todos estes dias, se nós sabemos que ele tem caixinha nos mesmos moldes do Collor, e se o próprio PT tentou aprovar na Assembléia Legislativa de São Paulo uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades cometidas quando ele ocupou o governo do Estado? O povo vai entender o PT junto com o PMDB?

Primeiro, eu acho que o PT tinha razão ao pedir a Comissão - eu inclusive cheguei a fazer um pronunciamento na Assembléia Legislativa defendendo a proposta. Mas estou nessa junto com o Quércia primeiro porque nós tínhamos interesse em nos unir ao PMDB para que saísse a CPI. Sem ele, que tem a maior bancada do Congresso, a CPI não teria sido instaurada. Assumimos o compromisso de nos encontrarmos pelo menos uma vez por semana durante os trabalhos da Comissão, para analisar seu funcionamento. Para mim existe interesse nisso, e acho que para o Quércia também. Aliás, acho que vamos não apenas adotar as reuniões PT-PMDB-PSDB, mas tentar convidar todos os partidos políticos para uma reunião semanal de avaliação.

"Se as denúncias se confirmarem, ou o Collor renuncia ou temos de promover seu *impeachment*"

Politicamente você acha que o PMDB - que está inteiramente comprometido com as elites e tem um programa muito parecido ao de Collor - e o PSDB - que estava há poucas semanas pensando em compor o governo - vão adiante nas investigações?

Eu não sei até onde eles vão. Nós estamos diante de uma escada com 16 degraus e eu estou com vontade de subir todos eles. Não sei se o PMDB vai subir apenas 8, ou se o PSDB vai subir apenas 9. O fato concreto é que enquanto eles estiverem subindo os degraus, eu estou junto com eles. Quando eles pararem, eu continuo sozinho.

Entrevista concedida a Antonio Martins, Cíntia Campos, Hugo Scotte e Mouzar Benedito

Zé Wilker (ator). "Sinceramente, não sei o que dizer. Quando a gente pensa que já aconteceu tudo, aí vem mais isso. É a perplexidade absoluta."

◆

Lígia de Paula (presidente do Sindicato dos Artistas de São Paulo). "Essa briga de tubarões, essa luta para garantir o *status quo* por interesses econômicos mostra, também, que há um conceito de subestimar a população. Esse é o retrato de nossos governantes.

Mas nós queremos que se dê de forma diferente, o ato de governar. Tenho muita esperança, inclusive porque as medidas essenciais, quanto às denúncias, já foram tomadas, como a criação da CPI. A partir de agora, passa a ser possível que a mobilização da sociedade civil influa no processo político do país. É isso que nos dá esperança, pois a maioria do nosso povo é honesta, é integra, é idônea."

◆

João Felício (presidente da Apeoesp e suplente de senador pelo PT). "Inicialmente, toda esta confusão traz um profundo desgaste para o político e para a política. No meu entender, uma das coisas que mais prejudica a democracia, a prática democrática, é a corrupção. A corrupção acaba tirando de todo um povo a perspectiva de acreditar na própria democracia. As pessoas acabam acreditando que, no fundo, todos os que fazem política são iguais. Neste caso específico, a população fica perplexa e indignada mais ainda, pois quem está envolvido é aquele que mais falou em combater a corrupção. Eu entendo que a única saída que existe, agora, é apurar os fatos, as responsabilidades, os crimes e, se esse for o caminho, convocar novas eleições."

◆

FRASES

"Pedro que amava Tereza, que amava Fernando, que amava Lilibeth, que amava Arnon, que amava Rosane, que amava Leopoldo, que amava Leda, que amava PC, que amava toda a quadrilha."
Editorial do **Diário Popular**

"Temos que desmistificar esse mito de tóxico. Isso é uma questão muito latina, muito sul-americana. Oh! Tóxico, política...É isso."
Pedro Mello

ASSINE JÁ BRASIL AGORA ASSINE JÁ

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a **EDITORA BRASIL AGORA LTDA.** - Alameda Glete, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Brasil Fones (011) 220.7198, 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME_____
END._____
_____ Nº____ APTO____
MUNICÍPIO_____
FONE_____ UF____ CEP_____
PROFISSÃO_____

- ❑ Assinatura 12 edições Cr$ 33.000,00
- ❑ Assinatura para o exterior US$ 50,00 (semestral)
- ❑ Assinatura 25 edições (anual) Cr$ 69.000,00
- ❑ Assinatura de apoio (anual) Cr$ 108.000,00

OLHO NA CPI

Seis questões sobre o caso PC-Collor que o Congresso deve responder

A força das acusações de Pedro Collor contra seu irmão, o presidente, não vem apenas de sua situação privilegiada de testemunha dos bastidores familiares da vida pública brasileira. Vem também do fato de que as acusações afrontam a imagem política do presidente que os mesmos canais e órgãos de imprensa ajudaram a construir, por conivência, omissão ou cumplicidade. Onde se firmou a figura do "caçador de marajás"? Do "modernizador"? Da "era Collor"? Do mocetão endeusado da camiseta e do jet-ski, do cooper e do primeiromundista? Do homem do único tiro, do salvador da pátria? Nas mesmas páginas que agora se viram na contingência momentânea de entoar o "bonitinho, mas ordinário" a que as acusações de Pedro reduziram a imagem do presidente.

A novidade das acusações do caçula empresário das Alagoas está na precisão de dados e de números; são coisas que, nos bastidores, nas empresas, nas redações, nos cafés, nos clubes, até nos estádios, já se comentavam. Há tempos um jornal sensacionalista londrino fez afirmações não muito distantes das que agora Pedro faz. Ah, mas isto era nos começos do governo. Que reação se desenhou então? A imprensa no Brasil notificou as acusações, até traduziu algumas, mas meio que a contragosto, torcendo o nariz... lembrando os tempos em que denúncia sobre tortura no exterior recebia a pecha de "denegrir" a imagem do Brasil... Quer dizer, os órgãos de imprensa se vêem agora na situação de roerem o Indiana Jones que criaram ou venderam no passado. Sobretudo porque, como ressaltaram alguns colunistas, o estrago já está feito, do ponto de vista político. A questão agora é saber qual a sua dimensão, e se será possível contê-lo no laço conservador. O que significa contê-lo? Manter o presidente prisioneiro de sua própria imagem abalada, mas no posto. As elites brasileiras mostram-se preocupadas porque a destruição de Collor ameaçaria o programa de privatização das estatais, a reforma privatizante do sistema portuário, a reforma fiscal e a nossa reabertura dos portos. O rumo político do que agora vai se passar depende em boa parte do que a CPI, por menos de esquerda que seja a sua composição, possa de fato apurar. E o que ela deve apurar, se for a sério e a fundo, são seis ordens de questões:

1. Os negócios particulares de Paulo César Farias. Normalmente, esta parte de fato caberia à investigação policial ou da Receita Federal; mas na política brasileira, onde o espaço público é dos mais densamente privatizados do mundo, o perfil privado de uma personagem em geral se confunde e se imbrica com seu papel público. Há acusações graves de sonegação de impostos; de repasse de gastos de pessoa física para a pessoa jurídica de suas empresas, o que, aliás. é prática constante do empresariado brasileiro em larga escala. Deve-se investigar também as ramificações de seus negócios no exterior, em especial em Miami e em Paris, tanto porque teriam sido constituídos em parte com dinheiro obtido na campanha de Collor, como envolveriam participação oculta do próprio presidente.

2. O papel de PC como caixa da campanha de Collor. Qual é a natureza, o montante e o destino dos fundos arrecadados? PC fala em 65 milhões de dólares, e Pedro em 100 milhões, com 15 ficando para o caixa, que estariam, portanto, na base da expansão internacional da dupla, se houver dupla, ou de PC, se for só ele.

3. As ligações e o papel de PC depois da eleição e principalmente depois da posse do presidente. Se comprovadas, as acusações demonstrarão ganhos ilícitos com tráfico de influência, extorsão e chantagem, envolvendo sobretudo os empresários que financiaram a campanha de Collor, empreiteiras, membros do próprio governo. Os casos atualmente mais em evidência apontam para o envolvimento com a questão dos usineiros das Alagoas, o caso Vasp/Petrobrás (em qué esta teria facilitado a compra de combustível pela primeira), e o caso do favorecimento da empresa IBF na concorrência pela impressão dos cartões da Raspadinha, entre outros. Deve-se ressaltar que os dois últimos casos, que envolvem a Vasp e a Raspadinha, podem ter conseqüências também para Orestes Quércia.

4. A eleição para governador de Alagoas em 1990. PC favoreceu a campanha de Geraldo Bulhões contra Renan Calheiros, que perdeu? O favorecimento chegou à fraude? Dentro deste pântano, por que Renan rompeu com o presidente?

5. O papel de Fernando Collor nisso tudo. Será o presidente instigador, beneficiário, conivente, cúmplice, omisso, todos ou nenhum? No último caso, será inocente. Caso se comprovem irregularidades contra PC, a nação, comovida, poderá passar então ao presidente o atestado de inocente do século. Como no caso de PC, a pauta de acusações envolve tanto o perfil particular como o papel público da personagem. Por exemplo, deve-se investigar se há empresas ou bens cujos proprietários nominais sejam apenas testas-de-ferro do presidente. Uma delas, citada *en passant* na enxurrada de acusações, seria a própria Vasp...

6. O alcance e as conseqüências dos delitos, crimes, irregularidades comprovados. Trata-se de saber até que ponto o conjunto de fatos estabelecidos fraudou ou falseou o espaço e a vida públicos brasileiros, com o agravante de que a partir de certo ponto o foco de irradiação das contravenções e da decorrente falsidade ideológica em estilo macro seria o próprio Palácio do Planalto, incluída aí sua conquista pelo responsável ou responsáveis. Comprovado, tudo isto seria, na verdade, mais um sensacional capítulo da novela sinistra daqueles que têm uma concepção original da república. Ou seja, que a vêem como a verdadeira rês pública, a vaca onde se mama em berço esplêndido, e de cujo lombo, em se pedindo, se recebe. Isto não é novo, nem é qualquer nova dupla que tenha inventado. Este é um problema crônico e estrutural da vida política brasileira desde os tempos do império, senão de antes. Território herdeiro de um império falido, o Brasil continua a ser freqüentemente administrado como capitania hereditária cujos patriarcas e filhotes se sucedem.

FLÁVIO AGUIAR

***Em tempo**: convém também a CPI perguntar-se por que apenas agora, entre uma reforma ministerial e a chegada de chefes de Estado do mundo inteiro, o jovem Pedro deixou-se inflamar pelo espírito de justiceiro. Cui prodest? Quem lucra?*